



**UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ**  
**DIRETORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO**  
**ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA**

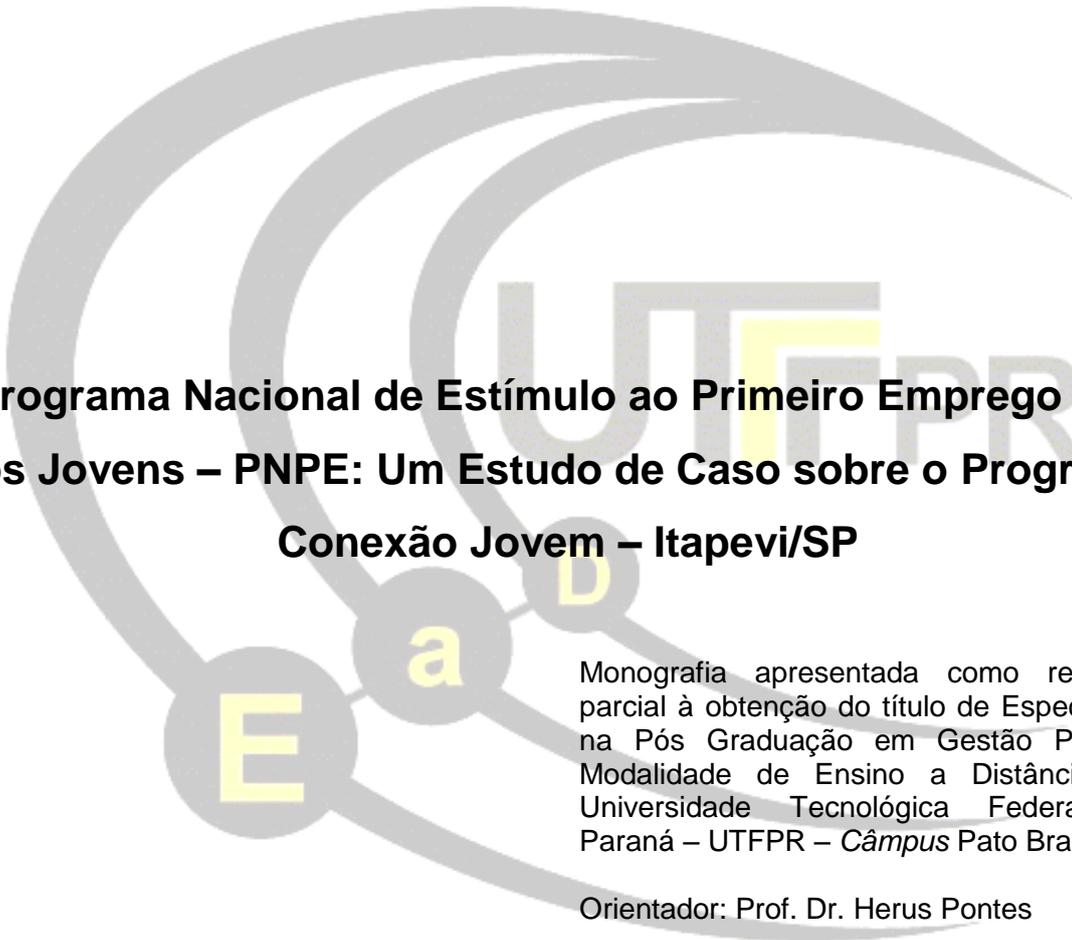


**LUIZ EDUARDO CARDOZO DE OLIVEIRA**

**Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego para  
os Jovens – PNPE: Um Estudo de Caso sobre o Programa  
Conexão Jovem – Itapevi/SP**

**PATO BRANCO**  
**2013**

**LUIZ EDUARDO CARDOZO DE OLIVEIRA**



**Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego para  
os Jovens – PNPE: Um Estudo de Caso sobre o Programa  
Conexão Jovem – Itapevi/SP**

Monografia apresentada como requisito parcial à obtenção do título de Especialista na Pós Graduação em Gestão Pública, Modalidade de Ensino a Distância, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR – *Câmpus* Pato Branco.

Orientador: Prof. Dr. Herus Pontes

**EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA**

**PATO BRANCO  
2013**

OLIVEIRA, Luiz Eduardo Cardozo de.

Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego para os Jovens – PNPE: Um Estudo de Caso sobre o Programa Conexão Jovem – Itapevi/SP / Luiz Eduardo Cardozo de Oliveira. – Paraná: Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR, 2014.

50 p.

Monografia apresentada para conclusão da Especialidade de Gestão Pública – Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR.

Orientador: Profa. Me Herus Pontes.

1. Educação. 2. Políticas Públicas. 3. Gestão Pública. I. Pontes, Herus. II. Universidade Tecnológica Federal do Paraná. III. Título.

CDD:



---

## TERMO DE APROVAÇÃO

Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego para os Jovens – PNPE: Um  
Estudo de Caso sobre o Programa Conexão Jovem – Itapevi/SP

Por

**Luiz Eduardo Cardozo de Oliveira**

Esta monografia foi apresentada às 10:30 horas, dia 22 de março de 2014, como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista no Curso de Especialização em Gestão Pública, Modalidade de Ensino a Distância, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, *Câmpus* Pato Branco. O candidato foi arguido pela Banca Examinadora composta pelos professores abaixo assinados. Após deliberação, a Banca Examinadora considerou o trabalho aprovado.

---

Prof. Me. Herus Pontes  
UTFPR – *Câmpus* Pato Branco  
(orientador)

---

Prof<sup>a</sup>. Melaine Roberta Camarotto  
UTFPR – *Câmpus* Pato Branco

---

(TD-GP) Augusto Faber Flores  
UTFPR – *Câmpus* Pato Branco

*Dedico este trabalho à minha família, por estar sempre ao meu lado, me auxiliando e apoiando a cada passo dado, com paciência e cooperação, que guardo em meu coração, com carinho e ternura.*

## **AGRADECIMENTOS**

Foram muitos os que nos ajudaram a concluir este trabalho.

A todos os meus sinceros agradecimentos, em especial a Deus, pois, sem Sua ajuda, nada teria sido possível, e à minha família, pela confiança e pelo apoio.

*“Querer ser bem sucedido sem trabalhar duro é como querer colher sem plantar.”*  
*(David Bly)*

## RESUMO

OLIVEIRA, Luiz Eduardo Cardozo de. Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego para os Jovens – PNPE: Um Estudo de Caso sobre o Programa Conexão Jovem – Itapevi/SP, 2014. 50. Monografia (Especialização Gestão Pública). Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Pato Branco, 2014.

Essa monografia analisa o Projeto Conexão Jovem/Itapevi que estabeleceu objetivos gerais com base no Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego: a democratização do acesso à qualificação profissional; a busca de um modelo de desenvolvimento sustentado e uma nova forma de atuação do Estado no desenvolvimento social de seus cidadãos, e quais os resultados obtidos até agora desde sua implementação. Além da abordagem das principais causas dos altos índices de desemprego no país, e qualificação dos jovens para desenvolvimento permanente, a denominada empregabilidade – a manutenção do indivíduo no mercado de trabalho. Para que isso fosse alcançado, foi efetuado um questionário a fim de determinar o que atraiu os jovens a participarem do programa, bem como suas ideias para um futuro melhor, e se constata que os projetos de estímulo ao emprego tendem a facilitar o acesso ao mercado de trabalho e incentiva o crescimento pessoal e profissional do indivíduo.

**Palavras-chave: Educação. Políticas públicas. Gestão pública.**

## **ABSTRACT**

OLIVEIRA, Luiz Eduardo Cardozo de. Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego para os Jovens – PNPE: Um Estudo de Caso sobre o Programa Conexão Jovem – Itapevi/SP, 2014. 50. Monografia (Especialização Gestão Pública). Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Pato Branco, 2014.

This monograph examines the Connection Youth Project / Itapevi which set overall goals based on National Stimulus Program First Job: democratizing access to professional qualifications; the pursuit of a sustainable development model and a new form of state action in the social development of its citizens, and what were the results so far since its inception. Apart from addressing the root causes of high unemployment in the country, and skills of young people for permanent development, called employability - the maintenance of the individual in the labor market. For this to be achieved, a survey was conducted to determine what attracted young people to join the program as well as their ideas for a better future, and it turns out that projects to stimulate employment tend to facilitate market access work and encourages personal and professional growth of the individual.

***Keywords: Education. Public policy. Public management.***

## LISTA DE FIGURAS/GRÁFICOS

Figura 1 – Localização Geográfica do Município de Itapevi .....	31
Figura 2 – Brasão de Armas - Itapevi.....	32
Gráfico 1 – IDH-M – Itapevi.....	36
Gráfico 2 – Evolução do IDH-M - Itapevi .....	37
Gráfico 3 – Faixa Economicamente Ativa e Desempregados - Itapevi.....	39

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Taxa de Desocupação (%) .....	24
Tabela 2 – Indicadores de distribuição da PEA, por região metropolitana, segundo algumas características em setembro de 2013 .....	24
Tabela 3 – Treinandos e Investimentos .....	28
Tabela 4 – Entidades Executoras dos Programas .....	29
Tabela 5 – Território - Itapevi .....	36
Tabela 6 – Índice de Desenvolvimento Humano – Itapevi .....	37
Tabela 7 – Taxa de Crescimento - Itapevi.....	38
Tabela 8 – Estrutura Etária da População - Itapevi .....	38
Tabela 9 – Renda e Desigualdade - Itapevi .....	38
Tabela 10 – Renda - Itapevi .....	39
Tabela 11 – Taxas de Atividades - Itapevi .....	40

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

<b>CAGED</b>	Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
<b>CLT</b>	Consolidação das Leis Trabalhistas
<b>DRT</b>	Delegacias Regionais do Trabalho
<b>FAT</b>	Fundo de Amparo ao Trabalhador
<b>FGTS</b>	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
<b>IBGE</b>	Instituto Brasileiro Geografia e Estatística
<b>IDH</b>	Índice de Desenvolvimento Humano
<b>IDHM</b>	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
<b>INSS</b>	Instituto Nacional do Seguro Social
<b>MEC</b>	Ministério da Educação
<b>TEM</b>	Ministério do Trabalho e Emprego
<b>PAT</b>	Postos de Atendimento ao Trabalhador
<b>PEA</b>	População Economicamente Ativa
<b>PIB</b>	Produto Interno Bruto
<b>PLANFOR</b>	Plano Nacional de Formação Profissional
<b>PNPE</b>	Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego
<b>PNQ</b>	Plano Nacional de Qualificação
<b>PNUD</b>	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
<b>PPP</b>	Poder de Paridade de Compra
<b>RNB</b>	Renda Nacional Bruta
<b>SELIC</b>	Taxa do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia
<b>SINE</b>	Sistema Nacional de Emprego

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	<b>14</b>
<b>2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA</b> .....	<b>16</b>
2.1 Desenvolvimento histórico do trabalho no país .....	16
2.2 PNPE - Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego .....	19
2.3 O problema e as causas do desemprego entre os jovens .....	23
2.4 Políticas de Primeiro Emprego: algumas reflexões .....	27
<b>3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA</b> .....	<b>31</b>
3.1 Local do estudo.....	31
3.2 Metodologia de pesquisa .....	33
<b>4 RESULTADO E DISCUSSÕES</b> .....	<b>34</b>
4.1 Programa Conexão Jovem - Itapevi/SP.....	34
4.2 Características de Itapevi - dados estatísticos .....	35
4.3 Os Programas: Nacional e Municipal .....	40
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>42</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>44</b>
<b>APÊNDICE</b>	
A – QUESTIONÁRIO .....	47

# 1 INTRODUÇÃO

Esse trabalho abordou a questão de políticas públicas de estímulo ao primeiro emprego pela Administração Pública, fazendo um estudo e análise do Programa Conexão Jovem de Itapevi/SP, com base em programas nacionais.

A justificativa para utilização e desenvolvimento desse tema é porque o mercado de trabalho, notoriamente, apresenta os índices mais altos de desemprego entre as camadas mais jovens e a mais idosa da população. Indivíduos, na maioria das vezes, colocados à margem do mercado de trabalho, por serem considerados inexperientes demais para exercerem uma função ou obsoletos para continuarem.

A Administração Pública vem se adequando e ganhando avanços significativos sobre as suas atividades, que deve prever melhoras na vida cotidiana de sua população, e com a globalização que intensifica de maneira mundial todos os fluxos, sejam econômicos, culturais ou sociais, deve se manter ainda mais atenta para desenvolvimento isonômico de todos.

Outros fatores que podem influenciar a Administração Pública e suas possíveis políticas é a própria lei ou até mesmo o cidadão, principalmente, com as exigências de melhoria de vida.

A sociedade caminha para um mundo onde a qualidade de vida é prioridade, e para ser alcançada há requisitos importantes a serem explorados e melhorados como: a educação, a saúde, o emprego, a segurança e o lazer.

Em grau de maior relevância para a sociedade, e, como base de todos os demais, estão, a educação e o trabalho, como alicerces para um futuro melhor, e dessa maneira suprir todas as demais necessidades do ser humano.

Como objetivo primordial desse estudo é analisar as principais práticas das políticas públicas no incentivo de introduzir o jovem no mercado de trabalho, e dessa maneira, identificar a diferença que essas práticas ocasionam na vida pessoal e profissional.

Dessa forma, para alcance de tal meta é necessário identificar as principais políticas públicas de incentivo ao primeiro emprego dos jovens no Brasil; averiguar qual a percepção dos jovens dessas políticas na sua carreira e no seu futuro; e ponderar a eficácia e eficiência das políticas públicas implantadas.

É claro ao visualizar o ciclo desolador, em que para haver mudanças é preciso que todas as pessoas da sociedade tenham consciência, e que governo e as empresas privadas e públicas trabalhem juntas no combate desse ciclo vicioso que trás má qualidade de vida a sua população.

## 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

### 2.1 DESENVOLVIMENTO HISTÓRICO DO TRABALHO NO PAÍS

Caracteriza-se as relações de trabalho no Brasil em três fases: escravidão na época colonial, à instituição do trabalho livre e, por último, a força de trabalho na industrialização. Por óbvio, verifica-se características do capitalismo comercial desde a época da colonização, conforme Rego e Marques (2010, p. 4):

O Brasil nasce como ele colonial inserido no modo de produção capitalista. Desde o início da nossa formação econômica, política, social e cultural nos realizamos como sistema produtos de mercadorias para exportação. Superada a fase de coletora e extrativa, passamos a produzir uma especiaria, o açúcar, para remunerar o capital comercial investido nas plantations – grandes propriedades rurais monocultoras, baseadas no trabalho escravo, cujo destino do produto era o mercado externo.

Diversas foram às formas de trabalho, que tiveram mudanças tão relevantes quanto às políticas, econômicas e sociais ao longo de sua história.

Segundo Zainaghi (2006, p. 25) “A primeira forma de trabalho que o estudo da história da humanidade nos mostra é a escravidão.” Que nada mais é do que uma forma de tratar determinados indivíduos como coisas, passíveis de venda ou troca, que sobreviviam sob condições mínimas. As escravidões desses indivíduos aconteciam por motivos de guerras, pagamento de dívidas ou pelo nascimento.

No início, o homem trabalhava para produzir o que consumia, como roupas, alimento ou moradia, e trocava com outros indivíduos, por outros produtos que necessitasse.

Essa troca era denominada como escambo ou permuta que se trata de operação em que cada uma das partes entregava um bem ou prestava um serviço para receber uma contrapartida proporcional (GUIMARÃES, 2005. p. 297), não havia uma moeda específica para compra e venda de bens, por exemplo, quando um agricultor troca alimentos cultivados por animais.

O escambo foi altamente utilizado no Brasil só deixando de ser preponderante com a introdução da moeda na sociedade moderna. Ou seja, a moeda se tornou o principal meio de pagamento na compra de bens e serviços, e é assim definida por Guimarães (2005, p. 411) como “meio legal de pagamento por excelência, a moeda

é o instrumento comum de troca, medida usual e convencional de valor e meio legal de pagamento. Chamava-se pecúnia no Direito Romano.” Vale ressaltar, que a permuta continua a fazer parte do nosso cotidiano.

Com o passar dos anos, aos menos favorecidos foram atribuídos trabalho escravo, o qual não havia nenhum tipo de contrapartida pelos serviços prestados, no mais, comida, moradia e alimentação para subsistência, sem nem sequer haver direitos, somente deveres, um passado vergonhoso, mas que ocupou grande parte da história. Verifica-se de acordo com Segal (2009, p.119) que trabalhar era algo negativo, pois “somente os pobres trabalhavam; os ricos dedicavam-se ao ócio.”

Numa segunda fase, entende-se que se caracteriza pela servidão, a época do feudalismo, onde “os senhores feudais davam proteção política e militar aos servos, que, embora não sendo escravos, não tinham liberdade, uma vez que eram dependentes da terra para sobreviver.” (ZAINAGHI, 2006, p. 25).

Nessa fase, a servidão era diretamente ligada a terra, pois embora não haver mais escravos, os indivíduos ficavam claramente dependentes dos senhores feudais para custeio da própria sobrevivência, no qual havia a troca de bens, alimentos e serviços por proteção.

O trabalho formal começou a vigorar a partir do século XVIII e XIX, com a industrialização dos produtos, conforme WOLECK (p.6)

A palavra emprego, da língua inglesa, tem sua origem em 1400 d.C. Até o início do século XVIII, se referia a alguma tarefa ou determinada empreitada; nunca se referia a um papel ou a uma posição numa organização. A partir do século XIX, passou a ser entendida como o trabalho realizado nas fábricas ou nas burocracias das nações em fase de industrialização.

No século XX o contrato de trabalho foi estabelecido, determinando os direitos e deveres de ambas às partes – empregados e empregadores, gerando assim as primeiras classes trabalhadoras.

No Brasil, foi no governo de Getúlio Vargas, que a maioria da legislação trabalhista foi instituída, a CLT - Consolidação das Leis Trabalhistas, onde o trabalhador brasileiro teve seus direitos reconhecidos, além de receber benefícios como férias, décimo terceiro salário, FGTS, aposentadoria, entre outros, segundo Zainaghi (2006, p. 27):

A Constituição de 1934 foi a primeira a trazer em seu corpo matéria trabalhista. Tratou-se ali da liberdade sindical, igualdade salarial, salário mínimo, jornada de 8 horas, proteção ao trabalho da mulher e do menor, repouso semanal e férias anuais remuneradas.

...

A Constituição de 1946 trata do Direito do Trabalho de forma democrática, já que a mesma foi promulgada após debates de uma Assembléia Nacional Constituinte. Os avanços mais importantes são liberdade sindical, participação nos lucros, estabilidade e direito a greve, além de serem mantidas as conquistas constantes da Carta anterior.

Foi na Constituição de 1988 que essas regras foram reconhecidas como Direitos Sociais, incluindo outras regras como 1/3 constitucional sobre férias remuneradas e direitos trabalhistas aos empregados domésticos.

Essas garantias constitucionais formam uma solução necessária para suprir, no mínimo, as necessidades do trabalhador e de sua família, considerando a ascensão do capitalismo.

Diante de um mercado competitivo, vislumbra-se, a partir da década de 80, que as empresas estavam atuando com foco no negócio, e houve uma terceirização dos demais serviços que não faziam parte do escopo do negócio, resultando no deslocamento da mão de obra para empresas desse setor.

Quando o mercado entrou em recessão e mão de obra ficou muito cara, ocorreram demissões em massa, obrigando aos trabalhadores sujeitarem-se a trabalhar de maneira informal, sem qualquer documentação ou registro, e assim, sem direitos ou garantias de um futuro melhor e seguro, de acordo com Woleck (2013, p. 11).

Segundo estudos do próprio Ministério do Trabalho e Emprego (2000), o índice de trabalhadores com carteira assinada está em declínio. Cresce, ao mesmo tempo, de forma exponencial, um segmento de trabalhadores por conta própria e sem carteira assinada. O fato é explicado como sendo resultado de diversos fatores:

- 1) a ampliação do contingente de trabalhadores autônomos, decorrente das novas formas de produção, das relações de trabalho e do processo de terceirização,
- 2) o aumento relativo do emprego no setor de serviços, gerador tradicional de empregos e
- 3) o funcionamento dos fatores institucionais associados ao sistema de seguridade social e à legislação trabalhista como um incentivo para que empresas e trabalhadores optem por estabelecer relações informais de trabalho.

De acordo com o site RHINFO<sup>1</sup>, o cooperativismo surgiu devido ao aumento do trabalho informal, pois tornou-se uma forma de contratação oficial, por meio de registro em carteira de trabalho, e assim, os indivíduos trabalhavam na empresa que contratasse os serviços da cooperativa, pois nesse caso, todo o vínculo era entre os trabalhadores e a cooperativa.

Com a introdução tecnológica no cotidiano e na produção das grandes empresas, surgiu a necessidade de qualificação pessoal, para atender as expectativas dos empregadores e manuseio dos equipamentos.

E a partir disso, o trabalho exigiu cada vez mais especialização e qualificação das pessoas de qualquer idade no mundo moderno, e aqueles que não perseguem esse objetivo, ficam a mercê de um possível desemprego.

## 2.2 PNPE - PROGRAMA NACIONAL DE ESTÍMULO AO PRIMEIRO EMPREGO

O Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego para os jovens – PNPE, foi criado pela lei 10.748/2003, e em seguida alterada pela lei 10.940/2004 e regulamentada pelo Decreto 5.199/2004.

Logo após, em 2008 foi instituído o Projovem, que revogou as duas leis supramencionadas do PNPE, mas ambas têm a mesma intenção, que é de preparar o jovem para o mercado de trabalho e ocupações alternativas geradoras de renda, por meio da qualificação e estímulo à sua inserção.

O programa tem ações para inserção de jovens no mercado de trabalho e sua orientação, para a participação de jovens na sociedade e na adequação de políticas e ações de geração de trabalho e renda, promovendo a criação de novas oportunidades de trabalho para jovens, e melhorando a qualificação desses para o mercado de trabalho, originando renda e inclusão social.

A partir desse momento, faremos uma exposição detalhada da lei que originou o PNPE, lei 10.748/2003 e suas alterações, para análise do contexto.

O alcance do PNPE são jovens com idade entre 16 a 24 anos, nos casos de desemprego involuntário, que nunca tenham trabalhado e façam parte de famílias

---

<sup>1</sup> Disponível em: <http://www.rhinfo.com.br/historia.htm>. Acessado em: 27/12/2013.

com renda mensal per capita de até meio salário mínimo. Ressalte-se, que devem ser incluídas nessa média da renda, as eventuais subvenções econômicas de programas similares, conforme art. 11 da lei 10.748/2003.

O Governo inclui nesse contexto pessoas que realmente necessitem de ajuda devido a atual condição financeira da família, a fim de propiciar melhores condições de vida.

Ainda nesse âmbito, determina a necessidade de que o jovem esteja matriculado e frequentando regularmente estabelecimento de ensino fundamental ou médio, ou ainda, curso de educação de jovens e adultos, ou no máximo, tenham concluído o ensino médio. Devem também, estar cadastrados nas unidades executoras do Programa.

A educação é a base de tudo, pois dele deriva o desenvolvimento pessoal, profissional e/ou cultural.

A legislação ainda define como o conceito de família deve ser considerado o conjunto de pessoas que possuem grau de parentesco entre si e vivem na mesma casa formando um lar e mantendo sua economia pela contribuição de seus integrantes.

Determina a lei que os jovens são encaminhados às empresas contratantes conforme as habilidades específicas por elas exigidas e segundo a proximidade entre residência do jovem e o posto de trabalho oferecido, e observando a ordem das inscrições.

É regra ainda, de acordo com a lei, que no mínimo 70% (setenta por cento) dos empregos criados no âmbito do PNPE serão preenchidos por jovens que ainda não tenham concluído o ensino fundamental ou médio.

O cadastramento do jovem ao programa é efetuado nas unidades de atendimento do Sistema Nacional de Emprego – SINE, ou em outros órgãos são conveniados.

Bimestralmente é divulgada uma lista contendo os jovens inscritos, bem como aqueles que já foram encaminhados às empresas, tanto via internet quanto à disposição do público nos locais de inscrição, conforme artigo 2º.

A lei rege que um dos requisitos para participar do programa é estar matriculado em estabelecimento de ensino, e pode ser feita essa comprovação até 90 (noventa) dias após a data de contratação, nos termos da lei supramencionada.

Nesse âmbito, as modalidades de contrato de trabalho podem ser por tempo determinado ou indeterminado de acordo com a CLT – Consolidação das Leis de Trabalho, havendo exceção, no caso de trabalho por tempo determinado, de não ser inferior a 12 (doze) meses.

Por razões óbvias, há alguns tipos de trabalhos não abrangidos pelo programa, como trabalho doméstico e o contrato de experiência contido na alínea c do §2º do art. 443 da CLT.

O Ministério do Trabalho e Emprego que coordena, executa e supervisiona o PNPE, e conta ainda, com um Conselho Consultivo que fica incumbido de debater e sugerir medidas para aperfeiçoamento do programa.

Assegura a legislação ainda que poderá se inscrever como empregador qualquer pessoa jurídica ou física equiparada, mediante termo de adesão e firmando compromisso de geração de novos empregos de acordo com o programa, comprovando a regularidade dos devidos tributos e contribuições ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, ao Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, à Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda e à Dívida Ativa da União.

O Governo para agilizar e promover a inscrição de empresas ao programa deve disponibilizar uma maior facilidade, pois a inscrição poderá ser feita por meio da internet, ou nas unidades dos correios, ou ainda em órgãos conveniados.

Conforme rege a lei, todos os empregadores que atenderem aos requisitos determinados pela lei, terão uma subvenção econômica no valor de 6 (seis) parcelas bimestrais de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais), por emprego gerado nos moldes do programa.

Caso a contratação de empregado seja sob regime de tempo parcial, o valor da subvenção deverá ser proporcional a respectiva jornada do jovem, e essa concessão de subvenção econômica prevista fica condicionada a disponibilidade dos recursos financeiros, que serão distribuídos na forma definida pelo Ministério do Trabalho e Emprego.

As empresas para receberem a subvenção deverão apresentar os respectivos comprovantes de matrícula e frequência escolar do jovem, por meio de atestados mensais emitidos pelo estabelecimento de ensino ou da cópia do certificado de conclusão do ensino médio.

De acordo com a lei 10.748/03, é obrigação ainda do empregador para se manter com a subvenção econômica, conservarem o numero médio de empregados igual ou superior ao que tinha no mês anterior ao da assinatura do termo de adesão, excluídos os participantes de PNPE e de programas congêneres.

O estabelecimento contratante terá um limite de participantes do PNPE que poderão contratar, no termos Lei 10.748/2003:

- um jovem, no caso de contarem com até quatro empregados em seu quadro de pessoal;
- dois jovens, no caso de contarem com cinco a dez empregados em seu quadro de pessoal; e
- até vinte por cento do respectivo quadro de pessoal, nos demais casos.

O número máximo de contratações relativas a ultima opção deverá ser computada de acordo com fração igual ou superior a cinco décimos e desprezar-se-á a fração inferior a esse valor.

Como supramencionado, o monitoramento se dá pelo Ministério de Trabalho e Emprego em relação à movimentação do quadro de empregados da empresa que aderir ao PNPE, e deverá evitar a substituição de trabalhadores ativos por jovens dele participantes.

Esse monitoramento deverá ser efetuado com base nas informações do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – CAGED e levará em consideração a taxa de rotatividade do setor declarado pela empresa e a região em que ela se situa.

Em outras palavras, quando a movimentação apresentar-se fora dos limites estabelecidos para o setor, será acionada a fiscalização, por intermédio das Delegacias Regionais do Trabalho - DRT, para averiguar possíveis irregularidades, como prováveis substituições de empregados ativos por jovens do PNPE, afinal, o objetivo do programa é a geração de novos empregos e não a substituição de pessoas experientes por jovens, conforme artigo 2 da lei 5.199/04.

As hipóteses de cancelamento da adesão ao PNPE estão descritas no artigo 6º, bem como, não recebimento da subvenção econômica se dará:

- pela apresentação da taxa de rotatividade em seu quadro de pessoal superior à taxa de rotatividade do setor, na respectiva região; e

- caso seja comprovada a substituição de empregados ativos por jovens do PNPE.

No caso de rescisão contratual com o jovem inscrito no PNPE antes do período de um ano, a empresa poderá manter o posto criado, substituindo, em até 30 (trinta) dias, o jovem dispensado por outro que preencha os requisitos exigidos pelo PNPE, não fazendo jus a novo benefício para o mesmo posto, mas somente a eventuais parcelas remanescentes da subvenção econômica.

Se acontecer de não preenchê-lo, deverá extinguir o posto e restituir as parcelas de subvenção econômica, devidamente corrigidas pela Taxa do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - Selic, para títulos federais.

A lei determina penalidades por descumprimento das disposições, ficando a empresa impedida de participar novamente do PNPE pelo prazo de 2 (dois) anos, a partir da comunicação da irregularidade, e deverá restituir ao Governo todos os valores recebidos a título de subvenção, corrigidos pela Selic.

Como o programa veio para incentivar a criação de postos de trabalhos e a inclusão das pessoas mais necessitadas no mercado de trabalho, a lei dispõe vedação à contratação pelo programa de jovens que sejam parentes, ainda que por afinidade, até 2º (segundo) grau, dos empregadores e sócios das empresas contratantes.

## 2.3 O PROBLEMA E AS CAUSAS DO DESEMPREGO ENTRE OS JOVENS

Nesse ponto do trabalho, constatamos as ambiguidades do processo de formação profissional do jovem trabalhador em relação às novas exigências do mercado, e a dificuldade de acesso que se é enfrentado ao primeiro emprego, principalmente nas grandes capitais.

O IBGE<sup>2</sup> – Instituto Brasileiro Geografia e Estatística se utiliza de seis grandes capitais para acompanhamento mensal da ocupação, atividade e desemprego, distribuição da renda entre outros aspectos: Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre.

---

<sup>2</sup> Disponível em: [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br). Acessado em 5/1/14.

A taxa de desocupação<sup>3</sup> em setembro de 2013, foi estimada em 5,4% para as seis regiões metropolitanas pesquisadas, permanecendo estável em comparação com agosto (5,3%) e setembro/2012. Esse percentual corresponde a 1.3 milhão de pessoas na classe PEA desempregadas, conforme segue:

**Tabela 1: Taxa de Desocupação (%)**

Ano/Mês	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Anual
2002			12.9	12.5	11.9	11.6	11.9	11.7	11.5	11.2	10.9	10.5	12.6
2003	11.2	11.6	12.1	12.4	12.8	13.0	12.8	13.0	12.9	12.9	12.2	10.9	12.3
2004	11.7	12.0	12.8	13.1	9.87	11.7	11.2	11.4	10.9	10.5	10.6	9.6	11.4
2005	10.2	10.6	10.8	10.8	10.2	9.4	9.4	9.4	9.6	9.6	9.6	8.3	9.8
2006	9.2	10.1	10.4	10.4	10.2	10.4	10.7	10.6	10.0	9.8	9.5	8.4	9.9
2007	9.3	9.9	10.1	10.1	10.1	9.7	9.5	9.5	9.0	8.7	8.2	7.4	9.3
2008	8.0	8.7	8.6	8.5	7.9	7.8	8.1	7.6	7.6	7.5	7.6	6.8	7.8
2009	8.2	8.5	9.0	8.9	8.8	8.1	8.0	8.1	7.7	7.5	7.4	6.8	8.1
2010	7.2	7.4	7.6	7.3	7.5	7.0	6.9	6.7	6.2	6.1	5.7	5.3	6.7
2011	9.3	8.59	6.5	6.4	6.4	6.2	6.0	6.0	6.0	5.8	5.2	4.7	6.0
2012	5.5	5.7	6.2	6.0	5.8	5.9	5.4	5.3	5.4	5.3	4.9	4.6	5.5
2013	5.4	5.6	5.7	5.8	5.8	6.0	5.6	5.3	5.4				

Fonte: IBGE 2010.

O IBGE, ainda, fornece dados importantes como a distribuição da população economicamente ativa em gênero e idade:

**Tabela 2: Indicadores de distribuição da PEA, por região metropolitana, segundo algumas características em setembro de 2013**

População economicamente ativa (%)	Total das seis áreas	Recife	Salvador	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	São Paulo	Porto Alegre
<b>Sexo:</b>							
Masculino	53,5	54,0	51,5	52,8	54,2	53,6	52,9
Feminino	46,5	46,0	48,5	47,2	45,8	46,4	47,1
<b>Condição no domicílio:</b>							
Principal responsável	46,4	44,0	46,0	44,1	49,0	45,7	48,1
Outros membros	53,6	56,0	54,0	55,9	51,0	54,3	51,9
<b>Faixa etária:</b>							
10 a 14 anos	0,2	0,1	0,4	0,2	0,2	0,1	0,1
15 a 17 anos	1,7	1,2	1,6	2,2	0,8	2,2	2,1
18 a 24 anos	13,9	14,1	14,0	16,1	11,5	14,5	14,6
25 a 49 anos	61,3	62,4	63,5	61,2	60,4	61,3	61,0
50 anos ou mais	22,9	22,2	20,5	20,3	27,1	21,9	22,2
<b>Anos de estudo:</b>							
Sem instrução e menos de 1 ano	1,3	2,1	1,6	1,3	1,3	1,1	0,7
1 a 3 anos	2,8	3,5	3,3	2,8	2,7	2,7	3,1
4 a 7 anos	15,4	17,1	14,6	18,8	14,7	14,3	18,2
8 a 10 anos	16,9	13,7	16,6	18,6	16,0	17,0	19,4
11 anos ou mais	63,6	63,4	63,8	58,5	65,3	64,9	58,5

Fonte: IBGE 2010.

<sup>3</sup> [ftp://ftp.ibge.gov.br/Trabalho\\_e\\_Rendimento/Pesquisa\\_Mensal\\_de\\_Emprego/fasciculo\\_indicadores\\_ibge/2013/pme\\_201311pubCompleta.pdf](ftp://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Mensal_de_Emprego/fasciculo_indicadores_ibge/2013/pme_201311pubCompleta.pdf). Acessado em 5/1/2014.

Confere aqui a distribuição da população economicamente ativa entre as seis capitais, e com base em informações que caracterizam as particularidades de cada região, percentual do responsável pelo domicílio, faixa etária, grau de escolaridade, dados de grande valia, quando da implantação dos projetos de incentivo ao primeiro emprego, para que se torne eficiente e eficaz as políticas desenvolvidas.

Constata-se com a Tabela 2, que a maior parte da população economicamente ativa está na faixa etária de 25 a 49 anos de idade, ou seja, representa 61,3% do total da população. Já em referência a formação educacional, retrata que mais de 60% estudou 11 anos ou mais nas 6 áreas pesquisadas.

Há questões importantes a serem resolvidas, por exemplo, como quebrar a barreira da inexperiência do jovem?

Há grandes dificuldades de se encontrar o primeiro emprego, ainda mais, quando na concorrência há outros tantos brasileiros há procura de um lugar no mercado de trabalho. Quando se coloca a discussão de uma vaga para jovens inexperientes, então é missão torna-se ainda mais complicada.

As empresas aumentam as exigências consideravelmente, o que demanda uma maior competitividade entre os candidatos, devido, entre outros fatores ao desemprego. E aí quem nunca trabalhou como conseguirá a primeira oportunidade?

É dessa maneira, que as filas nos Postos de Atendimento ao Trabalhador – PAT, alargam-se, tornando maior a disputa pelas vagas de menor complexidade. A inexperiência é o principal obstáculo do jovem que está à procura do seu primeiro emprego. Para dirimir essa deficiência só resta preparação e perseverança.

Princípio básico é estudar muito, estudar outro idioma, ter conhecimento em programas de computador, saber um bom português e disposição para o trabalho, e demonstrar, eficazmente, o que sabe.

Conforme matéria<sup>4</sup> - veiculada na mídia digital – as principais causas do desemprego, pois é indiscutível que nas grandes cidades há uma competição maior para preenchimento das vagas abertas, e há alguns fatores que originam um maior ou menor desemprego, sendo elas:

---

<sup>4</sup> [http://www.suapesquisa.com/economia/causas\\_desemprego.htm](http://www.suapesquisa.com/economia/causas_desemprego.htm). Acessado em 5/1/14.

- Em muitos casos há inúmeras vagas abertas, contudo, o trabalhador não tem a qualificação necessária para exercê-la, e empresa não procura ensinar o ofício ao jovem;
- Já passou-se pela fase que houve a substituição de mão de obra por máquinas, mas com a implementação de novas tecnologias, muitos postos de trabalho foram fechados, sobretudo, no caso de indústrias, que requerem menos pessoas no processo produtivo e quando precisam contratar alguém, há exigências de formação profissional;
- A crise econômica é um fator relevante, pois o consumo de bens e serviços tende a diminuir, diminuindo a oferta e aumentando a demanda, nisso se percebe que as empresas demitem funcionários como forma de atenuar custos para enfrentar a crise;
- Tributos em gerais, especialmente no Brasil, tem um custo muito elevado para as empresas contratarem formalmente. Há casos em que preferem aumentar as horas extras de seus funcionários que contratar mais pessoas devido à carga tributária;
- Por último, os fatores climáticos como chuvas em excesso, secas prolongadas, geadas entre outros que podem decorrer amplas perdas financeiras no campo, nesses casos, referente ao setor agrícola, as empresas habitam demitir trabalhadores rurais para enfrentarem situações deste tipo.

De todos os fatores exemplificados acima, o mais remediável é a qualificação do jovem, em razão da ingerência direta do empregador, já que nos demais há fatores externos e alheios a sua vontade. Assim, muitas empresas já vêm se conscientizando da importância de treinar seus funcionários, e muitas vezes recorrer aos jovens sem nenhuma experiência e ensiná-los uma profissão.

Evidente que muito ainda há de se fazer nesse sentido, pois muitas empresas ainda exigem experiência para a contratação excluindo os jovens.

Por óbvio que o emprego depende tanto da escolaridade como da experiência, a única certeza é que o mercado atual exige cada vez mais qualificação permanente, ou por meio de estudos ou de novas experiências.

## 2.4 POLÍTICAS DE PRIMEIRO EMPREGO: ALGUMAS REFLEXÕES

A falta de experiência é o critério que mais dificulta na busca pelo primeiro emprego. É pensando nisso que vários estados e municípios estão oferecendo programas que beneficiam o jovem que está entrando no mercado de trabalho.

Outras políticas para incentivo ao primeiro emprego já foram criadas e algumas especificidades são comuns a todos os programas, como criação de novos empregos formais, geração de renda para movimentação da economia, qualificação da mão de obra ativa do país.

Conforme Tatiane Baptista (2009, p. 132) em seu texto “A Eficiência do Plano Nacional de Qualificação Profissional como Instrumento de Combate à Pobreza no Brasil: Os Casos de Pernambuco e Mato Grosso”, o Plano Nacional de Formação Profissional – PLANFOR, foi inserido num contexto de reestruturação produtiva no país, foi orientado pelas diretrizes de política social do governo federal. O Plano foi implementado em todo o país a partir de 1996, com coordenação do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, e utilizou dos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT. O programa pretendeu de acordo com as palavras do Ministério do Trabalho (BAPTISTA, 2009, p.132):

- a) formação e atualização profissional em contextos de mudança e modernização tecnológica; b) aumento da probabilidade de obtenção de emprego e de geração ou elevação de renda, reduzindo os níveis de desemprego e subemprego; c) aumento da probabilidade de permanência no mercado de trabalho reduzindo os riscos de demissão e as taxas de rotatividade; d) elevação da produtividade, da competitividade e renda.

O PLANFOR se atreveu na proposta de facilitar o acesso dos trabalhadores à qualificação profissional, sobretudo dos que estão em circunstância mais vulnerável no mercado de trabalho, com a ampliação de cursos gratuitos de qualificação.

O PLANFOR visou contribuir para a geração de renda, a permanência no mercado de trabalho, e dessa feita, elevação da produtividade, competitividade, para que cada trabalhador pudesse traçar os próprios caminhos na vida profissional diante das novas exigências.

Ainda com base nos objetivos e metas a ser almejado pelo programa, o PLANFOR propôs uma nova forma de atuação do Governo, buscando parcerias e descentralizando essa competência do estado, de forma a garantir a participação de

todos na qualificação a ser desenvolvida, fomentando políticas gerais. Verifica-se, ainda, segundo Baptista (2009, p.132):

Nessa perspectiva, o Plano caracteriza-se como uma política pública de emprego e renda, e, portanto, uma política pública de trabalho. Contudo, sua proposta altera radicalmente um horizonte que esteve historicamente presente no contexto das políticas públicas de educação. Há aqui uma significativa alteração. A “institucionalidade” da educação profissional, historicamente sob responsabilidade do Ministério da Educação (MEC), passa a ser redimensionada e administrada pelo Ministério do Trabalho (MTE). Inegavelmente, o que temos é expressão da reforma mesmo do Estado, o próprio aparelho vai sendo reconfigurado em função das novas determinações do processo mais geral de reestruturação produtiva e globalização.

Em linhas gerais, o PLANFOR objetivou a qualificação de pelo menos 20% (vinte por cento) da População Economicamente Ativa – PEA, anualmente.

De acordo com Barros, Andrade e Perrelli<sup>5</sup> (2000, p.1), na primeira fase de implementação do PLANFOR os objetivos não foram alcançados em nível nacional, com participação de apenas 7,4% da PEA, como demonstrado a seguir:

**Tabela 3: Treinandos e Investimentos**

<b>ANO</b>	<b>TREINANDOS (MIL)</b>	<b>INVESTIMENTOS (R\$ MILHÕES)</b>
1995	153,4	28,2
1996	1.198,1	220,0
1997	2.001,4	348,1
1998	2.320,8	408,8
<b>Total</b>	<b>5.673,7</b>	<b>1.005,2</b>

Fonte: PLANFOR: Anuário Estatístico 95/98

A ampliação do acesso à qualificação profissional foi garantida a população economicamente ativa menos favorecida como os desempregados; trabalhadores com renda familiar *per capita* até um salário mínimo; mulheres; jovens de 16 a 24 anos; e população negra.

Assim o PLANFOR tentou articular o desenvolvimento de um projeto sustentável para o Brasil, conforme segue:

<sup>5</sup> <ftp://ftp.repec.org/opt/ReDIF/RePEc/dtm/wpaper/BARROSAlexandreAEficienciadoPlanoNacdeQualificacaoProfissionalLivro4.pdf>. Acessado em 5/1/14.

**Tabela 4: Entidades Executoras dos Programas**

Tipo/Natureza Jurídica	Treinandos		Investimentos		Nº de entidades	
	Nº(mil)	%	RS (milhão)	%	Nº	%
Instituição de Ensino Superior Público	189	8%	31	8%	72	5%
Instituição de Ensino Superior Privado	24	1%	5	1%	15	1%
Instituição de Ensino Médio Público	29	1%	6	1%	20	2%
Instituição de Ensino Médio Privado	26	1%	7	2%	12	1%
Sindicato, Associação, Cooperativa de Trabalhadores	484	21%	98	24%	332	25%
Sindicato, Associação, Federação Patronal	58	2%	11	3%	48	4%
Empresa, Instituto ou Fundação Pública	453	20%	71	17%	168	13%
Empresa, Instituto ou Fundação Privada	375	16%	57	14%	214	16%
ONG (religiosa, filantrópica, comunitária, etc.)	203	9%	50	12%	314	24%
Sistema S (Sesi, Senac, Sebrae...)	478	21%	72	18%	125	9%
Organismos Internacionais	2	0%	2	0%	3	0%
<b>Total</b>	<b>2.321</b>	<b>100%</b>	<b>409</b>	<b>100%</b>	<b>1.323</b>	<b>100%</b>

Fonte: PLANFOR: Anuário Estatístico 95/98

Constata-se que as ações de qualificação e requalificação profissional fossem definidas de acordo com a estrutura do país, seus estados e municípios, considerando cada particularidade regional, necessária para o perfeito funcionamento do programa, segundo Barros, Andrade e Perrelli (2000, p.4)

Além das diferentes formas de atuação das Secretarias Estaduais, também é comum o fato do programa enfrentar dificuldades nas formas de seleção das entidades executoras e na definição de cursos, processo este que também pode ser alvo de interferência política e de mau direcionamento dos recursos aplicados. Observa-se ainda que, em alguns casos, existem dificuldades para determinadas entidades executoras do programa, se desfazerem das suas convicções e práticas anteriores a respeito da qualificação profissional e das políticas públicas de emprego e formação de renda. Esses movimentos contraditórios permeiam mais fortemente o processo de implementação da política de educação profissional do que a sua própria concepção e planejamento.

O Governo extinguiu o PLANFOR e instituiu o Plano Nacional de Qualificação – PNQ, reorientando, segundo os documentos do MTE, as diretrizes da Política Pública de Qualificação de acordo com o Plano Plurianual.

É exatamente na problemática do desemprego que a atual política baseia sua argumentação e justificação para a redefinição da função social, estrutura organizacional, modelo pedagógico e, principalmente, da gestão e financiamento da educação profissional.

Com a crescente exigência de profissionais qualificados, verifica-se que é preciso qualificar jovens, cujos perfis sejam capazes de se enquadrarem nos novos

modelos que vem se transformando diariamente, e a respeito disso surge uma nova terminologia: EMPREGABILIDADE<sup>6</sup>.

Pois bem, empregabilidade pode ser definida como à capacidade do indivíduo de se adequar as novas demandas do mercado, ou seja, de se atualizar constantemente a fim de atender o que o mercado de trabalho exige. Com o aparecimento das novas tecnologias, globalização, internacionalização do capital e as grandes mudanças que afetam o ambiente das entidades, é necessária a adaptação por parte dos empregados e empregadores.

Nesse mesmo sentido, a empregabilidade apresenta um conceito amplo e completo a respeito das capacidades e competências para tornarem o trabalhador apto se inserir ou se fixar no emprego.

---

<sup>6</sup> “O termo empregabilidade foi criado por [José Augusto Minarelli](#), no fim dos anos 90. Remete à capacidade de um profissional estar empregado, mas muito mais do que isso, à capacidade do profissional de ter a sua carreira protegida dos riscos inerentes ao Mercado de Trabalho.” Disponível em: <http://www.valeriacostaconsultoria.com.br/news/empregabilidade-e-como-esta-a-sua-/>. Acessado em 5/1/14.

### 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

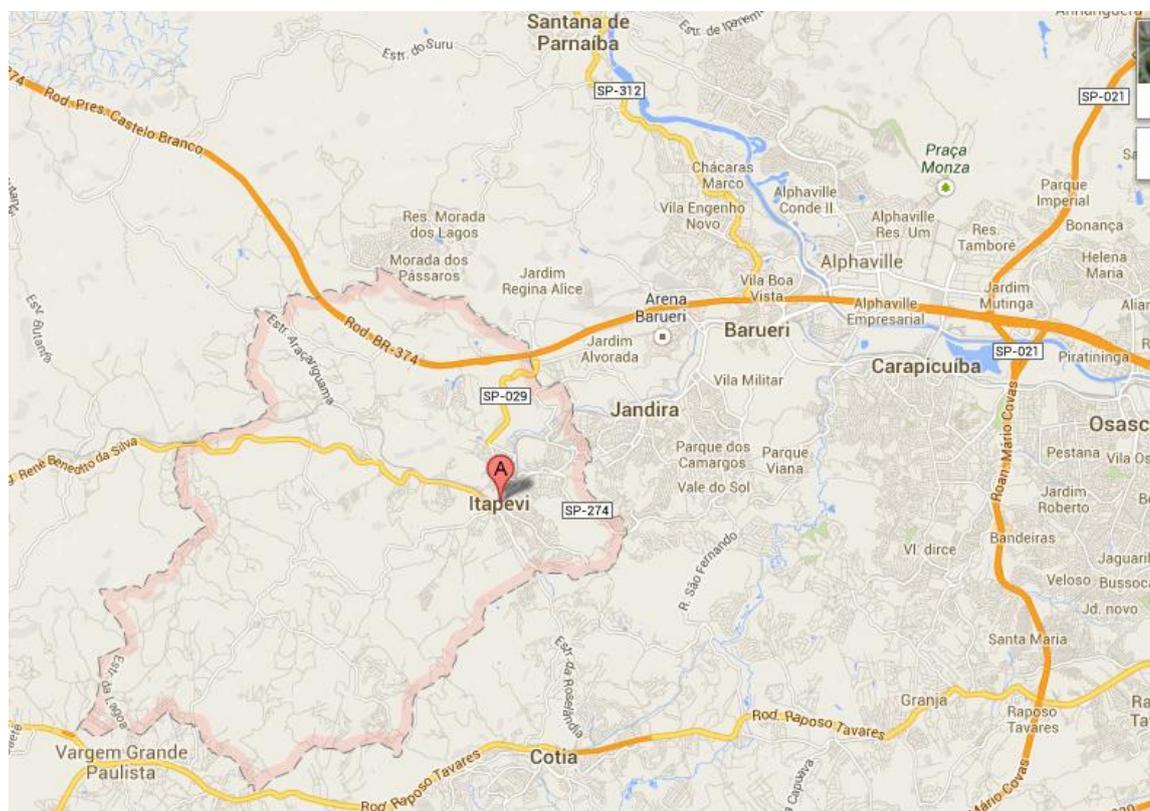
#### 3.1 LOCAL DO ESTUDO<sup>7</sup>

De acordo com o site da Prefeitura de Itapevi:

É um município da Microrregião de Osasco, situado na Região Metropolitana de São Paulo, no estado de São Paulo (Brasil). Localiza-se a 35 quilômetros da Praça da Sé, marco zero da capital paulista. Também é conhecida como "cidade dos telhados novos", "cidade das rosas", ou como "cidade esperança".

Atualmente a população total do município 201.995 hab.(dados de 2008), e limítrofe com os municípios de Santana de Parnaíba ao norte e noroeste, Barueri a nordeste, Jandira a leste, Cotia ao sul e sudeste, Vargem Grande Paulista a sudoeste e São Roque a oeste, conforme figura abaixo:

**Figura 1: Localização Geográfica do Município de Itapevi**



Fonte: Google Maps, 2013.

<sup>7</sup> Disponível em: <[www.itapevi.sp.gov.br](http://www.itapevi.sp.gov.br)>. Acesso em 15/11/2013.

Ainda de acordo com a Prefeitura a história do município começa com a formação do vilarejo começou por volta do século XVIII com a chegada da primeira família os Abreu. Foi parte integrante da cidade de Cotia, o então bairro de Itapevi, cujo nome vem do Tupi Guarani e significa pedra chata e lisa.

Foi por volta de 1912, em que já havia se instalado no bairro os Abreu, os Roncagli, os Michelotti, os Chiamilera, os Belli, os Chaluppe, os Correia e os Nunes. E mesmo com sua grande expansão, sua referência era da cidade de Cotia.

Foi em 1958 que ocorreu o plebiscito que determinou a autonomia e criação do município de Itapevi, mas que foi instalado somente em 18 de Fevereiro de 1959. Seu primeiro prefeito foi Rubens Caraméz.

A próxima figura trata-se do Brasão de Itapevi:

**Figura 2: Brasão de Armas - Itapevi**



Fonte: Prefeitura de Itapevi, 2013.

O Brasão de Armas de Itapevi foi instituído pela Lei nº 7, de 20 de maio de 1961. O município concentra quase toda a sua população na área urbana, tendo, portanto, uma reduzida atividade agropecuária.

O município ainda conta com um parque industrial bem diversificado, com ênfase para a indústria farmacêutica. Grandes empresas estão instaladas dentro do

município, tais como: Henkel, Jaraguá, Cacau Show, Casa Suíça, Eurofarma, Alpla, Wyeth, Blanver, Bomi Brasil e New Italian.

Ainda no tema de políticas públicas, Itapevi vem desenvolvendo inúmeros programas sociais de educação profissionais: estimulação precoce, gerações unidas, escola no legislativo, curso gestão, conexão jovem entre outros.

### 3.2 METODOLOGIA DE PESQUISA

A realização deste trabalho deu-se por meio de um estudo de caso, o Programa Conexão Jovem de Itapevi, programa desenvolvido no município de Itapevi, tendo por base e parâmetro o Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego – PNPE, desenvolvido pelo governo federal.

Para isso, foram feitas pesquisas em material bibliográfico, quais sejam: livros, mídia impressa e digital, coletados dados em sites oficiais, como IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) e do próprio município de Itapevi; e, ainda, um breve questionário, com jovens que participaram do programa, para verificar o que os motivou a participar do programa e o como isso os têm incentivado profissionalmente.

Buscou-se, neste estudo, conhecer o município onde foi desenvolvido o programa municipal, por meio de sua história e características, seu desenvolvimento e a necessidade de mão de obra qualificada e a preocupação do ente público com essa questão, criando mecanismos, por meio de políticas públicas, que incentivem e insiram o jovem no mercado de trabalho.

## 4 RESULTADO E DISCUSSÕES

### 4.1 PROGRAMA CONEXÃO JOVEM – ITAPEVI/SP

O município de Itapevi desenvolve vários programas de políticas públicas de educação profissional. O estudo de caso é sobre o Programa Conexão Jovem que visa dar maiores condições para a inserção de jovens, entre 15 e 18 anos, no mercado de trabalho por meio dos cursos de formação oferecidos e da experiência profissional adquirida pelos estudantes nos serviços prestados no próprio setor público (FOLHA DE JANDIRA, 2013).

A lei n. 1.938 de 19 de dezembro de 2008 criou o programa Conexão Jovem, que de acordo com a própria lei destina a formação e ingresso de jovens que estejam cursando o ensino médio regular e/ou ensino técnico equivalente em instituições públicas.

A lei dispõe ainda, que além dos jovens receberam conhecimento profissional, por meio de participação em palestras e cursos, ofertados pela Secretaria da Educação e Cultura, e terão direito ainda a uma bolsa auxílio no valor de 1 (um) salário mínimo vigente.

De acordo com a Folha de Jandira (2013), todo ano é efetuada uma prova classificatória que seleciona os alunos inscritos para participar do programa, que são convocados ao longo do ano conforme a necessidade de contratação de bolsistas para prestação de serviços nas secretarias das escolas do município, em departamentos da Secretaria de Educação e Cultura, na Casa da Cultura e na Biblioteca Municipal, entre outros setores do poder público municipal.

No dia 15 de maio de 2011, foram 900 jovens que participaram de uma prova escrita do processo seletivo. Essa prova era composta de 40 questões de múltiplas escolhas com matérias da Língua Portuguesa, Matemática e Raciocínio Lógico. Foram 120 vagas disponibilizadas, que poderão durar até 2 anos ou até completarem 18 anos, com carga horária de estágio de 25 horas semanais (JUSBRASIL – POLÍTICA, 2013).

Em 2013 houve uma maior contratação de estagiários devido ao projeto Conexão Jovem, já havia mais de 300 estudantes atuando nas diversas secretarias do município.

## 4.2 CARACTERÍSTICAS DE ITAPEVI - DADOS ESTATÍSTICOS

Ainda com base nos dados estatísticos fornecidos pelo IBGE<sup>8</sup>, o município subiu 721 posições em 10 anos no ranking sobre avaliação da educação, renda e longevidade.

Devido a crescente ação das políticas públicas e sociais, a cidade evoluiu o muito nessas áreas conforme o Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil 2013, do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM, desenvolvido pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD.

Seguem os dados verificados no site sobre o levantamento em 5.565 municípios do país avaliados com 180 indicadores socioeconômicos, e os temas abordados foram: democracia, saúde, trabalho, renda, educação, habitação, vulnerabilidade social, com dados extraídos dos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010.<sup>9</sup>

De acordo com o site (<http://www.pnud.org.br/IDH/>), o Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil foi basicamente uma ferramenta simples para disponibilização de informações que facilita a análise desses dados, oferecendo todas as características dos municípios e suas desigualdades. Essa é a grande relevância dessa ferramenta, pois possibilita o fornecimento de dados importantes sobre a administração municipal, no qual é possível orientar que caminhos seguir para ampliação do desenvolvimento social dos cidadãos.

Importante fazer uma breve síntese dos objetivos e do que é IDH-M. A criação do Índice de Desenvolvimento Humano foi de proporcionar outro ponto de vista, já que o Produto Interno Bruto – PIB *per capita*, pondera apenas a dimensão econômica do desenvolvimento. Conforme o site do Atlas, o IDH foi:

Criado por Mahbub ul Haq com a colaboração do economista indiano Amartya Sen, ganhador do Prêmio Nobel de Economia de 1998, o IDH pretende ser uma medida geral, sintética, do desenvolvimento humano. Apesar de ampliar a perspectiva sobre o desenvolvimento humano, o IDH não abrange todos os aspectos de desenvolvimento e não é uma representação da "felicidade" das pessoas, nem indica "o melhor lugar no mundo para se viver". Democracia, participação, equidade, sustentabilidade são outros dos muitos aspectos do desenvolvimento humano que não são

---

<sup>8</sup> Disponível em: [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br). Acessado em 5/1/14.

<sup>9</sup> De acordo com o site: [http://www.pnud.org.br/IDH/IDH.aspx?indiceAccordion=0&li=li\\_IDH](http://www.pnud.org.br/IDH/IDH.aspx?indiceAccordion=0&li=li_IDH) acessado em: 09/11/2013.

contemplados no IDH. O IDH tem o grande mérito de sintetizar a compreensão do tema e ampliar e fomentar o debate.

A partir de 2010, quando o Relatório de Desenvolvimento Humano completou 20 anos, outras metodologias foram incorporadas para o cálculo do IDH – saúde, educação e renda que são mensurados da seguinte forma: expectativa de vida; acesso ao conhecimento por meio da média de anos de educação de adultos e a expectativa de anos de escolaridade para crianças; e, o padrão de vida relacionado à Renda Nacional Bruta – RNB *per capita* expressa pelo poder de paridade de compra – PPP constante, em dólar, tendo 2005 como ano de referência (ATLAS, 2010).

O IDH-M é uma adaptação metodológica ao IDH Global, e foi publicado em 1998 (a partir dos dados do Censo de 1970, 1980, 1991) e em 2003 (a partir dos dados do Censo de 2000). Esse indicador pode ser consultado nas respectivas edições do Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil, que envolve um banco de dados eletrônico com informações socioeconômicas sobre todos os municípios e estados do país e Distrito Federal.

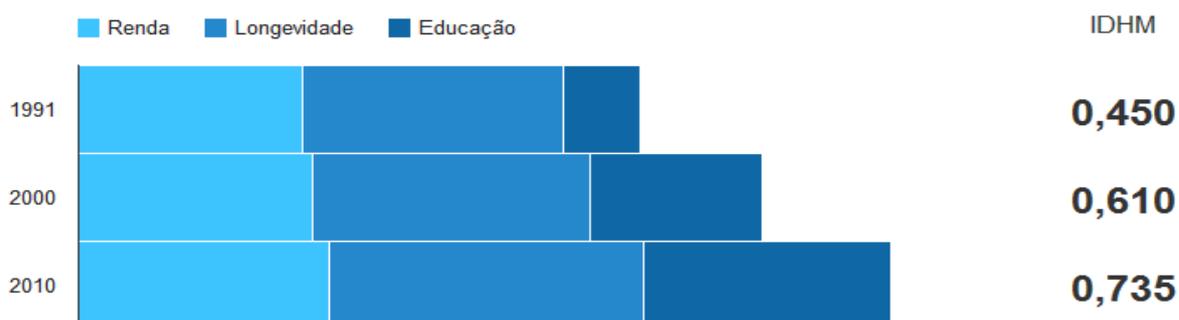
De acordo com o Atlas de Desenvolvimento Humano (2013), os dados de Itapevi são:

**Tabela 5: Território – Itapevi**

<b>Área</b> 83,49 km <sup>2</sup>	<b>IDHM 2010</b> 0,735	<b>Faixa do IDHM</b> Alto (IDHM entre 0,700 e 0,799)	<b>População (Censo 2010)</b> 200769 hab.
<b>Densidade demográfica</b> 2405,96 hab/km <sup>2</sup>	<b>Ano de instalação</b> 1959	<b>Microrregião</b> Osasco	<b>Mesorregião</b> Metropolitana de São Paulo

Fonte: Pnud, Ipea e FJP, 2010.

**Gráfico 1: IDH-M – Itapevi**



Fonte: Pnud, Ipea e FJP, 2010.

O IDH-M em 2010 foi de 0,735, ou seja, está na faixa alta do desenvolvimento, o que gerou esse alto índice foi principalmente a educação conforme tabela detalhada por cada pilar de crescimento:

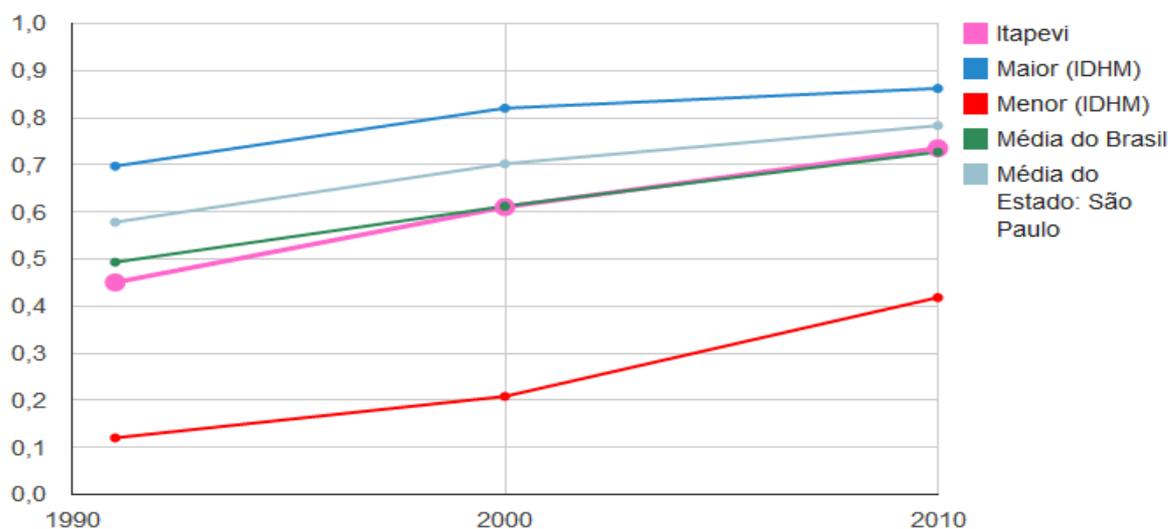
**Tabela 6: Índice de Desenvolvimento Humano - Itapevi**

IDHM e componentes	1991	2000	2010
<b>IDHM Educação</b>	0,209	0,467	0,677
% de 18 anos ou mais com ensino fundamental completo	20,57	35,39	55,36
% de 5 a 6 anos frequentando a escola	18,26	60,53	94,34
% de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental	40,64	76,73	89,35
% de 15 a 17 anos com ensino fundamental completo	17,61	48,17	67,75
% de 18 a 20 anos com ensino médio completo	7,55	29,00	47,64
<b>IDHM Longevidade</b>	0,712	0,758	0,855
Esperança de vida ao nascer (em anos)	67,74	70,47	76,28
<b>IDHM Renda</b>	0,612	0,641	0,687
Renda per capita (em R\$)	361,07	431,07	575,72

Fonte: Pnud, Ipea e FJP, 2010.

A evolução do município é surpreendente desde o primeiro censo realizado. De 1991 o índice estava em 0,450 e passou para 0,610 em 2000, ou seja, com taxa de crescimento de 35,56%. Já em relação a 2010, esse índice passou a ser 0,735, com incremento no seu IDH-M de 63,33%, muito acima do crescimento nacional que foi de 47,46% e do estadual que foi 35,47%, conforme demonstra o gráfico e tabela a seguir:

**Gráfico 2: Evolução do IDH-M - Itapevi**



Fonte: Pnud, Ipea e FJP, 2010.

**Tabela 7: Taxa de Crescimento - Itapevi**

	Taxa de Crescimento	Hiato de Desenvolvimento
Entre 1991 e 2000	+ 35,56%	+ 29,09%
Entre 2000 e 2010	+ 20,49%	+ 32,05%
Entre 1991 e 2010	+ 63,33%	+ 51,82%

Fonte: Pnud, Ipea e FJP, 2010.

Ultimamente o município se encontra 897<sup>a</sup> posição, em relação ao total de municípios analisados, enquanto que aos municípios do Estado de São Paulo, Itapevi ocupa a posição 345<sup>a</sup> em relação aos 645 municípios.

Ainda dentro dos dados estatísticos levantados faz necessário ressaltar a faixa etária da população para verificar qual a parte da população é ativa.

**Tabela 8: Estrutura Etária da População - Itapevi**

Estrutura Etária	População (1991)	% do Total (1991)	População (2000)	% do Total (2000)	População (2010)	% do Total (2010)
Menos de 15 anos	40.414	38,21	54.286	33,42	55.242	27,52
15 a 64 anos	62.711	59,29	103.789	63,90	137.845	68,66
65 anos ou mais	2.646	2,50	4.358	2,68	7.682	3,83
Razão de dependência	68,66	0,06	56,50	0,03	45,65	0,02
Índice de envelhecimento	-	2,50	-	2,68	-	3,83

Fonte: Pnud, Ipea e FJP, 2010.

A renda teve um crescimento baixo em relação à educação, mas a sua evolução ainda sim, aumentou em média 59,45% de 1991 a 2010, enquanto e a extrema pobreza<sup>10</sup> passou de 7,38% para 2,72%.

**Tabela 9: Renda e Desigualdade - Itapevi**

	1991	2000	2010
Renda per capita (em R\$)	361,07	431,07	575,72
% de extremamente pobres	7,38	5,19	2,72
% de pobres	21,64	18,71	8,33
Índice de Gini	0,44	0,48	0,45

Fonte: Pnud, Ipea e FJP, 2010.

<sup>10</sup> Medida pela proporção de pessoas com renda domiciliar per capita inferior a R\$ 70,00, em reais de agosto de 2010.

A desigualdade é medida pelo Índice de GINI<sup>11</sup>, que passou de 0,44 em 1991 para 0,45 em 2010.

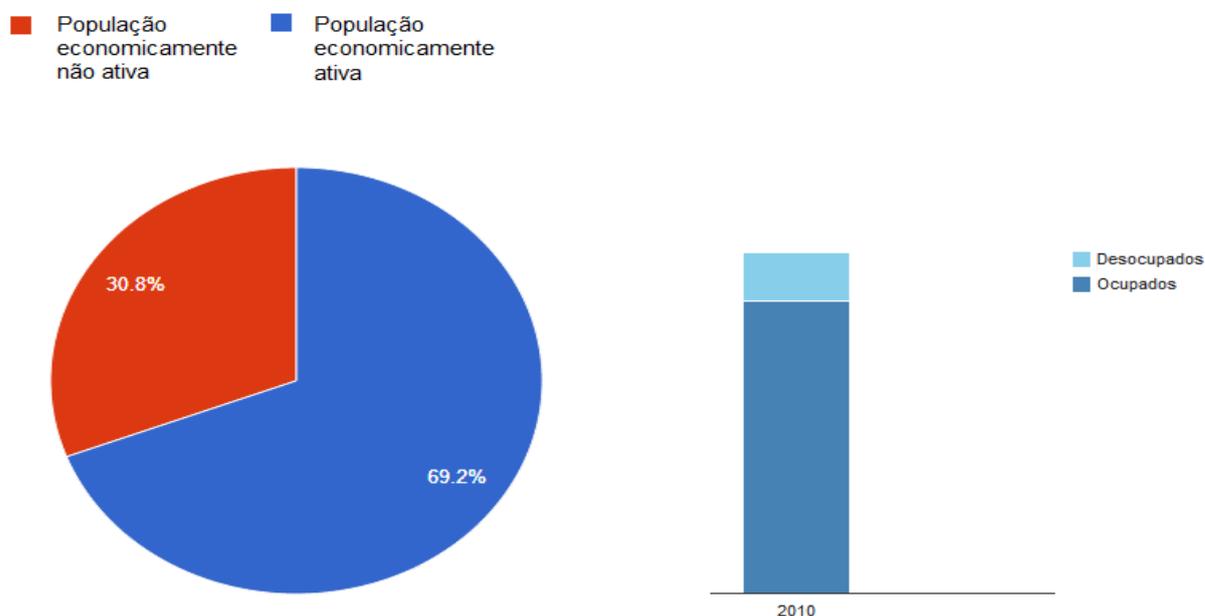
**Tabela 10: Renda - Itapevi**

	1991	2000	2010
20% mais pobres	4,15	4,31	4,92
40% mais pobres	13,81	13,08	14,66
60% mais pobres	28,62	26,46	28,99
80% mais pobres	50,98	46,80	49,45
20% mais ricos	49,02	53,20	50,55

Fonte: Pnud, Ipea e FJP, 2010.

Com relação ao trabalho e a faixa de pessoas ativas da cidade, ou seja, aquelas com 18 anos ou mais passou para 69,20% em 2010, enquanto que a taxa de desocupação diminuiu para 9,73%, segue representação gráfica:

**Gráfico 3: Faixa Economicamente Ativa e Desempregados - Itapevi**



Fonte: Pnud, Ipea e FJP, 2010.

Pelas informações obtidas por meio do censo, ainda foi possível determinar qual a porcentagem da população trabalhava em cada setor: "0,51% trabalhavam no

<sup>11</sup> É um instrumento usado para medir o grau de concentração de renda. Ele aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos. Numericamente, varia de 0 a 1, sendo que 0 representa a situação de total igualdade, ou seja, todos têm a mesma renda, e o valor 1 significa completa desigualdade de renda, ou seja, se uma só pessoa detém toda a renda do lugar.

setor agropecuário, 0,14% na indústria extrativa, 13,55% na indústria de transformação, 11,28% no setor de construção, 0,64% nos setores de utilidade pública, 13,34% no comércio e 48,81% no setor de serviços.” Segue tabela detalhada dos dados:

**Tabela 11: Taxas de Atividades - Itapevi**

	2000	2010
Taxa de atividade	69,92	69,20
Taxa de desocupação	23,12	9,73
Grau de formalização dos ocupados - 18 anos ou mais	63,48	70,71
<b>Nível educacional dos ocupados</b>		
% dos ocupados com fundamental completo	41,67	62,87
% dos ocupados com médio completo	23,89	43,33
<b>Rendimento médio</b>		
% dos ocupados com rendimento de até 1 s.m.	22,11	12,16
% dos ocupados com rendimento de até 2 s.m.	68,43	74,17

Fonte: Pnud, Ipea e FJP, 2010.

A vulnerabilidade social relacionada ao trabalho e a renda no município em 2010 ainda é alta – 26,78%, apesar de ter caído dos 44,40% em 2000, e ainda há os trabalhos informais que 30,88% fazem parte.

### 4.3 OS PROGRAMAS: NACIONAL E MUNICIPAL

De acordo com as notícias locais (Jovens de Itapevi têm o acesso ao primeiro emprego com apoio da Prefeitura, 2013), no município a área responsável pelo programa é a Secretaria de Educação e Cultura, e conforme eles informaram “os participantes têm o primeiro contato com o ambiente profissional, além de aprender mais sobre uma profissão e trilhar seu futuro. Os jovens também passam por cursos de capacitação e recebem uma bolsa auxílio no valor de um salário-mínimo mensal.”

Essa mesma matéria ainda cita a opinião do secretário da Administração, que ressalta que o programa é referência sobre o mercado de trabalho e o ensino superior - “o programa já atendeu em torno de dois mil estudantes de Itapevi, sendo que 80% deles foram absorvidos pelo mercado de trabalho assim que saíram da Prefeitura, e que 90% dos jovens ingressaram no ensino superior.”

O prefeito enfatizou que o programa serviu e serve para preparar os adolescentes para o mercado de trabalho, ao adquirir experiências para sair qualificados e mais motivados ao ingressar em uma instituição de ensino superior

(RAMOS, 2012 – Programa Conexão Jovem é porta de entrada ao primeiro emprego e estímulo a faculdade).

As funções desenvolvidas pelos jovens nos departamentos públicos da cidade vão desde analisar, conferir e arquivar documentos, atualizar e imputar dados no sistema, auxiliando no registro e documentação de eventos, atender ao público pessoalmente ou por telefone, auxiliar nas atividades das escolas juntamente com professores, coordenadores e diretores, e ainda, elaborar um relatório mensal sobre as atividades desenvolvidas (Jovens de Itapevi têm o acesso ao primeiro emprego com apoio da Prefeitura, 2013).

Um questionário foi feito para entender o porquê do jovem se candidatar para essas vagas do Programa Conexão Jovem, constatamos que os jovens entenderam que essas vagas proporcionam uma melhor ocupação do tempo nessa faixa etária, ao mesmo tempo que contribui para ampliação da aprendizagem e de um futuro melhor.

O governo deixou a mercê de cada indivíduo a procura do emprego, mas até aí, havia mais demanda do que procura de emprego, foi com crise que tanto os jovens se viram em dificuldade de encontrar trabalho por falta de experiência e formação técnica quanto os de mais idade na reinserção a esse mercado pelas mesmas causas.

Constatou-se que ambos os projetos de estímulo a emprego tendem a facilitar o acesso do jovem ao mercado de trabalho, devida às exigências cada vez mais rígidas quanto à experiência e formação escolar.

A cada dia, mais se é exigido do candidato a uma vaga de trabalho, por exemplo, 20 ou 25 anos atrás, as empresas requeriam formação escolar completa até o ensino médio, poucas pessoas tinham formação de ensino superior, hoje, ter uma simples formação superior é pouco, induz o indivíduo ir além, buscar uma especialização, fluência em outro idioma e ou até mesmo uma experiência internacional, para ser melhor avaliado como candidato.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse momento final do estudo apresentam-se algumas reflexões com relação às considerações mais aprofundadas pela monografia ou deixar apontamentos para outras pesquisas na área do trabalho e educação.

As reformas efetuadas na década de 1990 configuraram uma transformação de paradigmas, onde tanto a educação profissional quanto a educação de jovens e adultos devem fazer parte das prioridades governamentais.

Em cada momento histórico é possível verificar que as demandas são mais complexas e crescem gradativamente, exigindo dos jovens novas formações e qualificações extracurriculares, de modo a não pararem no tempo e se tornarem mão de obra obsoleta diante de novas alternativas.

De acordo com a história, as áreas de Trabalho e da Educação acenderam e solidificaram suas ações e núcleos de pesquisa separadamente, mas que a partir de determinado período houve a percepção da necessidade de trabalharem juntos para ajudar os jovens no desenvolvimento da carreira e obtenção do primeiro emprego, que a muito se torna difícil diante do mercado de trabalho.

Esse caminhar junto das duas áreas é indispensável no contexto atual de produção capitalista, onde a área do Trabalho tem tratado da educação profissional dos jovens enquanto a área da Educação tem cuidado da alfabetização e da ampliação da escolaridade.

Embora tal aproximação seja necessária, é obvio, que pela ótica pragmática do mercado, o termo empregabilidade venha ser usado com maior frequência para explicar os fenômenos a surgirem.

Como se demonstra no estudo efetuado, o PLANFOR foi a melhor expressão desse movimento de empregabilidade, e faz necessário ressaltar, que tornou evidentes os limites quando analisado de uma forma nacional, no intuito de minimizar o problema dos índices alarmantes de desemprego e da baixa escolaridade do trabalhador.

A partir desse programa vieram outros, federais, estaduais ou municipais, mas sempre com o mesmo intuito, de criação de novos postos de trabalho e geração de renda, para movimentação da economia local.

Com todas essas considerações, é importante frisar, a responsabilidade da boa gestão pública para administrar com clareza essas duas áreas de grande importância na vida de todos os cidadãos.

Também é importante, inculcar no jovem a necessidade do estudo permanente para aprimorar todas as áreas do conhecimento, como forma de impedir o desemprego em massa, diante da perspectiva da falta de experiência profissional.

As empresas cabem abrir as portas de seus estabelecimentos para jovens sem conhecimento prático, mas que estão interessados para um mundo de conhecimentos que só podem aprender com o dia a dia.

Vale ressaltar, a importância de discussões e ações de ambas as áreas, discutir questões para propiciar aos indivíduos maior humanização, bem como, a substituição dessa educação básica por uma mais ideológica, que seja modelo para os estabelecimentos privados, a fim de efetivamente formar cidadãos com formação plena para a cidadania.

Tudo isso contribui para diminuição dos índices de desemprego, maior geração de renda, melhor desenvolvimento dos fluxos econômicos do país, e ampliação da economia vista pelos cidadãos e pelo estrangeiro.

## REFERÊNCIAS

- BARDUCHI, Ana Lúcia Jankovic. **Desenvolvimento Pessoal e Profissional**. 3ª ed. rev. e ampl. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2009.
- BARROS, Alexandre Rands; ANDRADE, Sandra Correia de; PERRELLI, Roberto Accioly. **A Eficiência do Plano Nacional de Qualificação Profissional como Instrumento de Combate à Pobreza no Brasil: Os Casos de Pernambuco e Mato Grosso**. Disponível em <http://econpapers.repec.org/paper/dtmwpaper/4.htm>. Acesso em: 21 nov. 2013.
- BASTOS, Raul Luís Assumpção. **A experiência do Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego para os Jovens no âmbito do mercado de trabalho da Região Metropolitana de Porto Alegre**. Rio Grande do Sul: Secretaria do Planejamento e Gestão. Disponível em: <[www.fee.tche.br](http://www.fee.tche.br)>. Acesso em 09 nov. 2013.
- Bolsistas do Conexão Jovem já atuam em setores da prefeitura de Itapevi**. Itapevi: 10/10/2013.
- BOSCHETTI, Ivanete; BEHRING, Elaine Rossetti. **Política Social: Fundamentos e História**. 9ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- BRASIL. **Lei nº 10.748, de 22 de outubro de 2003**. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/l10.748.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.748.htm)>. Acesso em: 19 out. 2013.
- BRASIL. Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil 2013. Disponível em: <[www.atlasbrasil.org.br](http://www.atlasbrasil.org.br)>. Acesso em: 09 nov. 2013.
- CHIAVENATO, Idalberto. **Gestão de Pessoas**. 2ª Ed. Ed. Rio de Janeiro: Campos Elsevier, 2005.
- DAMASCENO, Aderbal Oliveira et al. **Desenvolvimento Econômico**. Edição Especial. Campinas: Alínea, 2011.
- FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. **Direitos Humanos**. 4ª ed. São Paulo: Saraiva, 2011.
- FRANÇA, Ana Cristina Limongi. **Práticas de Recursos Humanos – PRH: Conceitos, ferramentas e procedimentos**. São Paulo: Atlas, 2011.
- GOHN, Maria da Glória. **Conselhos Gestores e Participação SocioPolítica**. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

ITAPEVI. **1.938 de 19 de dezembro de 2008.** Disponível em <[http://www.itapevi.sp.gov.br/noticiasNovo/sec\\_administracao/arquivos/janeiro\\_2011/14\\_01b/Edital%20Resumo%20PSPMI%20001\\_2011%20-20Programa%20Conex%C3%A3o%20Jovem.pdf](http://www.itapevi.sp.gov.br/noticiasNovo/sec_administracao/arquivos/janeiro_2011/14_01b/Edital%20Resumo%20PSPMI%20001_2011%20-20Programa%20Conex%C3%A3o%20Jovem.pdf)>. Acesso em: 15 nov. 2013.

GUMARÃES, Deocleciano Torrieri. **Dicionário Técnico Jurídico.** 7ª ed. São Paulo: Editora Rideel, 2005.

JANNUZZI, Paulo de Martino. **Indicadores Sociais no Brasil.** 5ª ed. Campinas: Editora Alínea, 2012.

**Jovens de Itapevi têm acesso ao primeiro emprego com apoio da Prefeitura.** Itapevi: 03/07/2013.

MARTELLO, Alexandre. Criação de empregos formais tem melhor setembro desde 2010. G1. Brasília, 16 out. 2013. Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/noticia/2013/10/criacao-de-empregos-formais-tem-melhor-setembro-desde-2010.html>>. Acesso em: 15 nov. 2013.

MARTINELLI, Maria Lucia. **Serviço Social: Identidade e Alienação.** 16ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito Administrativo Brasileiro.** 19ª ed. atual. São Paulo: Malheiros Editores, 1990.

PEDRASSOLI, Alexandre. **A Hierarquia de Necessidades de Maslow.** Disponível em: <http://www.buscadorerrante.com/wp/2009/a-hierarquia-de-necessidades-de-maslow/>. Acesso em: 5/1/14.

**Programa em parceria com a prefeitura oferece oportunidades de estágio em Itapevi.** Itapevi: 18/03/2010.

**Programa Conexão Jovem da prefeitura de Itapevi recebe quase mil inscrições.** Itapevi: 10/10/2013.

RAMOS, Nilton. **Programa Conexão Jovem é porta de entrada ao primeiro emprego e estímulo à faculdade.** Itapevi: 24/03/2013.

REGO, José Márcio; MARQUES, Rosa Maria. **Formação Econômica do Brasil.** Edição Especial. São Paulo: Anhanguera, 2010.

RICHELIEU, Cardeal de. **Testamento Político.** São Paulo: Edipro, 1995.

RH INFO. **Um pouco sobre a história do trabalho.** Disponível em: <http://www.rhinfo.com.br/historia.htm>. Acesso em: 5/1/14.

SALES, Mione Apolinario; MATOS, Maurilio Castro de; LEAL, Maria Cristina. **Política Social, Família e Juventude. Uma Questão de Direitos.** 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2009.

SEGAL, Marcelo. **Direito e Legislação.** 2ª ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2009.

TOMÉ, Fabiana Del Padre. **Contribuições para a Seguridade Social: à luz da Constituição Federal.** 1ª ed. Curitiba: Juruá, 2011.

UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ. **Normas para elaboração de trabalhos acadêmicos.** Comissão de Normalização de Trabalhos Acadêmicos. Curitiba: UTFPR, 2008.

WALDO, Dwight. **O Estudo da Administração Pública.** 2ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 1971.

ZAINAGHI, Domingos Sávio. **Curso de Legislação Social.** 11ª ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Atlas, 2006.

WOLECK. Aimoré. **O Trabalho, a ocupação e o Emprego: Uma Perspectiva Histórica.** Disponível em: <http://www.iesc.ufrj.br/cursos/saudetrab/trabalho%20ocupa%E7%E3o.pdf>. Acesso em: 5/1/14.

## APÊNDICE A: Questionário

---

**Nome:** Maria de Lourdes Nunes de Oliveira

**Idade:** 16 anos

**Data de Ingresso no Programa:** 13/05/2013

**Local da Prestação:** C.E.M.E.B PRESIDENTE TANCREDO DE ALMEIDA NEVES

### QUESTIONÁRIO

**1 – Como ficou conhecendo o Programa Conexão Jovem? Por qual meio foi informado a respeito do programa?**

Conheci e me informei por meio de amigos, que também participaram do programa.

**2 – O que a motivou a participar do Programa Conexão Jovem?**

O salário (Bolsa-Auxílio) e a ocupação do meu tempo, com algo instrutivo.

**3 – O que o programa trouxe de acréscimo para sua formação profissional e pessoal?**

Ensinou-me a lidar com diversas situações e pessoas.

**4 – Quais as expectativas que vai levar, em termos de futuro profissional e pessoal, pela participação no Programa Conexão Jovem?**

A aprendizagem.

**5 – Quais as suas pretensões profissionais futuras? Como o programa contribui para isso?**

Me ensinou a necessidade de crescer profissionalmente e identificar a relevância disso.

---

**Nome:** Letícia Tamires

**Idade:** 16 anos

**Data de Ingresso no Programa:** 13/05/2013

**Local da Prestação:** C.E.M.E.B PRESIDENTE TANCREDO DE ALMEIDA NEVES

### QUESTIONÁRIO

**1 – Como ficou conhecendo o Programa Conexão Jovem? Por qual meio foi informado a respeito do programa?**

Por meio de minha mãe e dos meus amigos.

**2 – O que a motivou a participar do Programa Conexão Jovem?**

Ganhar o meu próprio dinheiro e ter experiência profissional.

**3 – O que o programa trouxe de acréscimo para sua formação profissional e pessoal?**

Me ajudou a conviver com pessoas diferentes, ter paciência e a trabalhar com crianças.

**4 – Quais as expectativas que vai levar, em termos de futuro profissional e pessoal, pela participação no Programa Conexão Jovem?**

Em grande parte a aprendido.

**5 – Quais as suas pretensões profissionais futuras? Como o programa contribui para isso?**

Crescer profissionalmente.

---

**Nome:** Patrícia Domingos

**Idade:** 16 anos

**Data de Ingresso no Programa:** 13/05/2013

**Local da Prestação:** C.E.M.E.B PRESIDENTE TANCREDO DE ALMEIDA NEVES

### QUESTIONÁRIO

**1 – Como ficou conhecendo o Programa Conexão Jovem? Por qual meio foi informado a respeito do programa?**

Por meio da internet e de amigos que já participaram.

**2 – O que a motivou a participar do Programa Conexão Jovem?**

Trabalhar, adquirir conhecimento, ter um salário (bolsa auxílio) para comprar minhas próprias coisas.

**3 – O que o programa trouxe de acréscimo para sua formação profissional e pessoal?**

Aprendi a lidar com pessoas, no sentido de ser mais tolerante.

**4 – Quais as expectativas que vai levar, em termos de futuro profissional e pessoal, pela participação no Programa Conexão Jovem?**

A experiência profissional, conhecimento.

**5 – Quais as suas pretensões profissionais futuras? Como o programa contribui para isso?**

Bom, quero fazer medicina, não tem muito a ver com o programa conexão jovem, mas só de lidar com pessoas diferentes, ajuda na profissão, pois muitas são as experiências vividas.